



**Assessoria à Implementação de Propostas de
Políticas Públicas de Fomento ao
Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional
nos Territórios do Estado de São Paulo**

**Mapeamento técnico para a região de articuladores
de Araraquara**

SUMÁRIO EXECUTIVO

Araraquara, 08 de janeiro de 2021

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Introdução

Este documento refere-se à primeira etapa do projeto conduzido em conjunto pelo **SEBRAE-SP** e a **Fundação Getulio Vargas – FGV** que tem como objetivo promover a discussão e implementação de Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo nos Territórios do Estado de São Paulo. Para a implementação deste projeto o Estado de São Paulo foi dividido em 28 regiões¹, conforme apresentado a seguir, com destaque para a região de Araraquara, objeto deste documento.



Figura 1: Divisão regional do projeto

Nesta etapa é apresentado o **Mapeamento Técnico da Região de Araraquara**, o qual objetiva fornecer informações relevantes para construção de agenda de ação conjunta e sugestões de formulação e implementação de

políticas públicas ligadas a sete temas principais:

- ▣ Desenvolvimento Local e Regional;
- ▣ Compras Governamentais e da Agricultura familiar;
- ▣ Agentes de Desenvolvimento;
- ▣ Desburocratização e Melhoria do Ambiente de Negócios;
- ▣ Inovação no Setor Público e Economia Criativa;
- ▣ Legislações de Desburocratização e Fortalecimento das Micro e Pequenas Empresas; e
- ▣ Associativismo e Cooperativismo.

O diagnóstico conta com a descrição detalhada sobre três dimensões de análise. Cada uma delas se alinha a questões referentes às sete diretrizes acima mencionadas:

- ▣ **Dimensão social:** compreende dados de demografia, educação, saúde, assistência social e índices de desenvolvimento humano;
- ▣ **Dimensão econômica:** contempla dados regionais sobre o Produto Interno Bruto (PIB), as vocações econômicas e o setor agropecuário; e

¹ As Regiões de Articuladores correspondem aos conjuntos de municípios que formam as áreas de atuação

e de aplicação dos Planos de Ação desenvolvidos no âmbito deste Projeto.

- ▣ **Dimensão institucional:** abrange dados fiscais recentes, o cenário de consórcios intermunicipais e de instrumentos de planejamento, bem como dados sobre inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo e compras governamentais.

As fontes utilizadas consistem, principalmente, das versões mais recentes de bancos de dados públicos como os mantidos por: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério da Economia, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Receita Federal, entre outros. Para tópicos específicos, como inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo e compras governamentais, foram utilizados dados coletados em pesquisa primária realizada conjuntamente pela equipe especializada do SEBRAE-SP e a equipe técnica da FGV junto a uma amostra de municípios do estado de São Paulo.

Assim, a aproximação analítica com a região foi realizada com metodologia coerente com a proposta discutida com o SEBRAE-SP, visando a produzir um diagnóstico regional capaz de direcionar a formação da agenda de políticas e a formulação do plano de ação que será aplicado posteriormente no decorrer do projeto.

2. A dimensão social

2.1 Características demográficas

A população da região, fortemente concentrada na cidade de Araraquara (lar de 37,3% do total), alcança 632.718 habitantes, que se distribuem por 19 municípios. Isso equivale a apenas 1,4% do total estadual (45.919.049 moradores). Além disso, seu crescimento populacional em anos recentes (0,8%) é equivalente ao observado no conjunto do Estado de São Paulo, porém apenas o 15º entre as demais regiões paulistas.

Em termos da estrutura etária, verifica-se distribuição assemelhada na comparação região-estado, mas regionalmente sub-representada entre as mulheres e homens jovens (com idades inferiores a 25 anos) e sobrerrepresentada entre as mulheres acima de 70 anos e entre homens acima de 50 anos. Isso indica que o processo de transição demográfica pode estar em estágio mais avançado na região, o que impacta a natureza dos serviços públicos mais demandados.

Complementarmente, tem-se que a razão de sexos (97 homens/100 mulheres) é apenas a 20ª do estado, mesma posição ocupada por Araraquara no ranqueamento das regiões segundo a razão de dependência, métrica que indica a relação entre o grupo formado por jovens abaixo de 14 anos e idosos acima de 65 anos para cada 100 indivíduos com idades entre 15-64 anos.

A respeito da taxa de fecundidade regional, esta se mostra reduzida (1,49 filho/mulher), sendo cerca de 11% inferior à média estadual (1,68) e a 26ª dentre todas as 27 regiões paulistas, à frente somente da região de Ribeirão Preto. Distributivamente, a fecundidade atinge ápice entre as mulheres de 20 a 29 anos, padrão equivalente ao estadual. A combinação de baixa fecundidade e sub-representação de grupos etários mais jovens é indicativo de possível dificuldade futura de suprimento interno à região de mão-de-obra em idade economicamente ativa.

Por fim, sobre a mortalidade, a taxa bruta (TBM) regional sofre impacto da maior presença de populações mais envelhecidas na região, o que contribui para que a TBM aferida se situe no patamar de 7,1 óbitos/1.000 habitantes, cerca de 8,7% superior aos 6,6 óbitos/1.000 habitantes observados no conjunto do estado. O esperado padrão de maior mortalidade na região se repete tanto entre os homens (TBM de 7,8 ante 7,3) quanto entre as mulheres (TBM igual a 6,5 ante 5,9). Analisando-se a mortalidade por grupos etários, nota-se que ela é menor na região para os homens entre 10-30 anos ao mesmo tempo em que existe alta sobreposição nas curvas de mortalidade feminina já a partir dos grupos acima de 20 anos de idade.

Todos esses indicadores ajudam a delinear as principais características demográficas da região de Araraquara, tarefa diagnóstica essencial e que precede o desenho e a implementação de políticas públicas regionalmente customizadas.

2.2 Características educacionais

A primeira análise consiste no número de matrículas por docente (indicativo de sobrecarga do sistema educacional). A esse respeito, a região apresenta números inferiores de matrícula por docente em todos os níveis. Pode-se caracterizar a região como um local dependente do ensino público, uma vez que a rede pública concentra, em cada etapa da Educação Básica, não menos do que 80% das matrículas totais. Com relação ao ensino profissional, destaca-se o fato de que a modalidade predominante seja, em termos de matrículas por docente, o curso concomitante ao ensino médio e de que exista moderada variedade de cursos federais na região (7 de 22 eixos temáticos presentes).

Quanto aos dados mais atuais do IDEB (2019), todos os municípios apresentaram notas abaixo da meta para os anos finais do ensino fundamental, frente aos números já elevados de 89,3% no estado. Embora a menor capacidade de cumprimento da meta se dê nos anos finais do ensino fundamental, o maior descompasso

na comparação região-estado, ocorre em seus anos iniciais, etapa em que a participação dos municípios com baixa performance no total regional (68,4%) é 61,1% superior ao padrão observado no conjunto do Estado de São Paulo (42,5%). Complementarmente, em relação ao ensino médio, nota-se que a participação dos municípios da região com notas abaixo da meta (36,8%) é cerca de 32,8% maior do que aquilo observado no estado (27,8%).

O menor percentual de cidades com nota abaixo da média no ensino médio não significa, automaticamente, que a qualidade aferida no ensino médio seja superior, uma vez que as metas são heterogêneas e definidas para cada localidade bem como para cada etapa de ensino de modo isolado. Na realidade, um olhar mais aprofundado indica que, segundo os 2 indicadores-chave do IDEB – fluxo escolar e médias de desempenho em avaliações – as médias do ensino médio são inferiores (3,9, na região, e 4,1, no estado) quando confrontadas com às do ensino fundamental em seus anos iniciais (6,5 em ambos) e finais (4,8, na região, e 5,1, no estado).

Por fim, o ensino superior na região é significativamente dependente do setor privado e caracterizado por um número acima da média estadual de matriculados em cursos ligados a engenharia, produção e construção (22% ante 15% no estado) e, especialmente, a agricultura,

silvicultura, pesca e veterinária (10% ante 2%). A região possui 12 instituições de ensino superior (3 públicas e 9 privadas), sendo 1 universidade e 11 faculdades.

2.3 Características da área de saúde

Os 19 municípios da região respondem por cerca de 2,3% (ou 1.941) do total de 86.020 de estabelecimentos de saúde disponíveis no estado. Apesar de aparentemente pouco equipada, a região se mostra, na verdade, sobrerrepresentada quando tal participação é confrontada com a sua parcela na distribuição da população estadual (1,4%, ou 632.718 habitantes).

Na comparação com o restante do estado, nota-se ênfase na rede ambulatorial de média complexidade, que representa mais da metade dos estabelecimentos de saúde na região de Araraquara (57,2%). Tal participação, entretanto, se mostra inferior ao índice estadual (62,6%), algo que ocorre também na rede hospitalar em geral, seja no conjunto de estabelecimentos de média complexidade (participação 24,2% menor) seja naquele de alta complexidade (-23,8%). Por outro lado, nota-se superioridade comparada nas participações dos estabelecimentos ambulatoriais de atenção básica (+17,1%) e de alta complexidade (+7%). Com relação às unidades ambulatoriais de média complexidade

vale ainda enfatizar que quase a totalidade das 1.111 existentes na região – 1.104 unidades, ou 99,4% delas – se refere a equipamentos das redes municipais de saúde, padrão consonante ao observado no conjunto do estado (99,3%).

Apesar da boa oferta de estabelecimentos de saúde quando comparada às demais áreas do estado, a região de Araraquara se mostra subequipada quanto à disponibilidade, por 100.000 habitantes, de ventiladores pulmonares (-27,6%), leitos de internação hospitalar (-9,4%) e em UTI (-25,8%), o que evidencia gargalo importante no enfrentamento da atual pandemia de COVID-19.

As causas mais comuns de internação na região foram gravidez, parto e puerpério (grupo XV), doenças do aparelho circulatório (IX), doenças do aparelho digestivo (XI) e doenças do aparelho respiratório (X). Deve-se destacar ainda a participação de doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo nas internações (+62,4%) e das complicações causadas por algumas afecções originadas no período perinatal (XIV) no total de internações (-48,6%). A sub-representação observada para este segundo grupo pode estar relacionada à menor fecundidade observada na região de Araraquara.

O perfil de mortalidade segue padrão semelhante ao perfil de internações, marcado

por alta participação de doenças do aparelho circulatório (IX) e do aparelho respiratório (X) nos óbitos registrados. Soma-se a essas causas os neoplasmas (grupo II), segunda causa mortis mais frequente. Por fim, nos extremos da comparação região-estado, observa-se a sobrerrepresentação (+69,7%) de doenças da pele e do tecido subcutâneo (XII) bem como a sub-representação (-41,9%) das doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo.

2.4 Características da Assistência Social

A região apresenta volume de equipamentos de serviços públicos proporcional à sua representação populacional. Embora a análise não explicita diretamente os efeitos da implementação das políticas públicas por esses aparelhos, a cobertura dos equipamentos de assistência social na região é coerente. A região possui 32 CRAS e 4 CREAS respondendo por cerca de 2,8% e 1,3%, respectivamente, do total de equipamentos disponíveis no estado e 1 unidade do Centro POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – e 210 Centros DIA de Referência para Pessoa com Deficiência. Existem 30 Unidades de Acolhimento, que é um equipamento público responsável pelo acolhimento institucional a indivíduos e famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou que se

encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos.

Entre as 45.476 famílias cadastradas no Cadastro Único (1,1% do total estadual), a região possui um perfil diversificado que abrange indígenas, quilombolas, agricultores familiares, famílias em assentamentos de reforma agrária, catadores de materiais recicláveis e pessoas em situação de rua. Dentre todas essas classificações de famílias cadastradas no CadÚnico, a informação que se destaca é que a região de Araraquara possui 1,9% das famílias em assentamentos de reforma agrária e daquelas compostas por catadores de materiais recicláveis, percentual cerca de 38% maior à participação demográfica da região no total estadual. A constatação desse perfil é um importante indicador da configuração das famílias vulneráveis da região e deve estar no mapa de qualquer diagnóstico de intervenção.

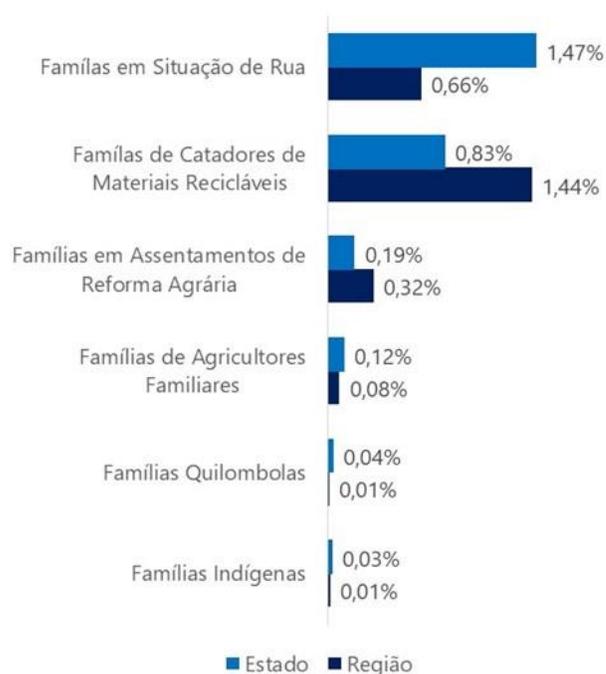


Figura 2: Perfil de famílias cadastradas no CadÚnico em comparação com o perfil estadual

Com relação ao CadÚnico e à pobreza, a região de Araraquara possui -18,0% cadastrados que a média das demais regiões. A situação da extrema pobreza é, comparativamente, ainda menos crítica, uma vez que o contingente populacional vivendo em tal situação de vulnerabilidade é 26% menor na região ante o Estado de São Paulo. Ressalta-se, porém, que tal situação não deve ser sobrestimada, dado que 6,4% da população total da região se encontra em situação de extrema pobreza.

Com relação à transferência de renda, o principal programa pelo qual cidadãos da região recebem auxílio financeiro é o Bolsa Família

(8,3% das famílias). A região ocupa posição inferior (23º lugar) no ranqueamento das regiões paulistas segundo as maiores parcelas populacionais beneficiárias do auxílio. Isso indica menor vulnerabilidade socioeconômica na região quando comparada às demais regiões paulistas.

Outra modalidade de transferência de renda que ganhou espaço em tempos recentes, devido à pandemia de COVID-19, é o auxílio emergencial. Araraquara ocupa a 22ª posição no ranqueamento dos maiores beneficiados pelo programa, uma vez que 8,1% da sua população é recebedora do auxílio emergencial (ante média estadual de 9%).

Como consequência histórica da infraestrutura social disponível para a população, a região apresenta, tanto para o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) quanto para o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)², níveis próximos, ou levemente mais elevados, para as dimensões educação e longevidade, porém mais baixos para a dimensão renda quando comparada à média estadual. Ela se situa em patamar intermediário frente às demais regiões de articuladores. Quanto à classificação dos

municípios por grupos de IPRS, existe concentração deles nos grupos equitativo e em transição, apesar da população, em sua maioria, residir em localidades classificadas como dinâmicas. Em contrapartida, ao se comparar com o estado, a população residente em municípios classificados como desiguais ou vulneráveis se mostra extremamente reduzida.

3. A dimensão econômica

3.1 PIB regional

A análise do PIB revela certa disparidade entre os indicadores regionais com os do Estado e das demais 26 regiões. Ademais, um olhar sobre o PIB intrarregional evidencia que os municípios pertencentes à região de Araraquara são extremamente diferentes, com certas localidades podendo ser consideradas ricas e outras pobres. Tal discrepância indica que o desempenho econômico relativamente abaixo da média na região como um todo não pode ser explicado por fatores geográficos, o que demonstra o potencial de crescimento da região, caso municípios com baixa geração de riqueza tenham atividades que alavanquem sua produtividade.

² O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) é formado por três indicadores sintéticos setoriais: renda, escolaridade e longevidade; e 5 tipologias para

municípios: dinâmicos, desiguais, equitativos, em transição e vulneráveis social. Maiores detalhes em < <http://www.iprs.seade.gov.br> >

Com PIB per capita de apenas 72,9% do valor médio do estado, verifica-se que Araraquara se trata de uma região em patamar intermediário de desenvolvimento econômico (15º lugar).



Figura 3: PIB per capita na região de Araraquara em comparação com a média estadual

A maior diferença na comparação região-estado é observada na representatividade da agropecuária para o PIB regional de Araraquara (+300%), demonstrando a vocação da região para esta atividade econômica, que tende a gerar menores valores de PIB per capita. Além da vocação para a agropecuária, se observam índices moderados de industrialização na região (25,0% do PIB), embora em patamar relativamente superior àquile observado no restante do estado (21,2%). Dessa forma, há na indústria alternativa de agregação de valor para a cadeia produtiva iniciada na agropecuária.

Embora os setores de serviços e comércio sejam responsáveis pela maior parcela do PIB regional (54,0% da produção econômica), sua representatividade é menor em relação à média

estadual. Por fim, chama a atenção a representatividade dos serviços públicos para a composição do PIB regional, o que indica a existência de oportunidade para que a iniciativa privada participe desenvolvimento econômico da região.



Figura 4: Composição do PIB setorial na região de Araraquara em comparação com o restante do Estado

3.2 Vínculos empregatícios e rendimentos

Na análise dos vínculos formais por porte de empresa é possível compreender que Araraquara possui maior prevalência de microempresas quando comparada ao restante do estado (+21,7%), o que demonstra a importância de políticas que incentivem este tipo de empreendimento. A importância das MPE's para o total de vínculos varia entre 32,0% e 58,5%, sendo que a região se encontra em uma posição intermediária (19ª), com 45,3% dos vínculos formais de emprego relacionados à MPE's. Verifica-se maior importância de grandes empresas na geração de vínculos

empregatícios na região (43,8% do total). Ainda assim, as grandes empresas empregam, na média, menos pessoas do que no restante do estado (-5,2%).

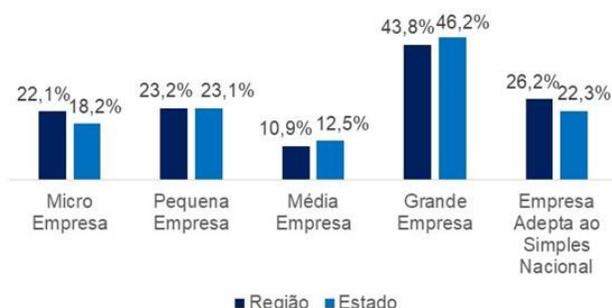


Figura 5: Participação de vínculos formais por porte de empresa na região de Araraquara em comparação com o restante do Estado

Por se tratar de uma região com menor desenvolvimento econômico, o rendimento médio dos trabalhadores é inferior àquele observado no restante do estado, independentemente do porte da empresa. Quando analisados de forma agregada, os dados de renda revelam que os trabalhadores recebem o equivalente a 76,0% da média estadual. A região de Araraquara é apenas a 16ª entre aquelas com maiores rendimentos médios, condizente com os resultados verificados para o PIB per capita na região (15º maior do estado).

3.3 Formalidade e informalidade dos vínculos empregatícios

No que tange à informalidade, apesar da ausência de informações detalhadas em nível municipal, é possível estimar que o número de pessoas atuando informalmente está em nível baixo, quando comparado às demais regiões do Estado. Para cada 1.000 habitantes entre 15 e 65 anos há 393,6 vínculos formais, o que indica uma formalidade superior (7ª colocação) frente as outras regiões.

Um aspecto importante no processo de formalização da economia e de acesso do trabalhador no sistema de seguridade social se refere aos microempreendedores individuais (MEIs). Para analisar a importância dos MEIs nas diferentes regiões do estado foi aferido o número total de registros ativos por região. Os resultados são apresentados de forma relativa à população em idade economicamente ativa (15 a 65 anos). A região apresenta 81,4 MEIs registrados para cada 1.000 habitantes entre 15 e 65 anos e se situa em nível inferior (23ª colocação) quando comparada as demais 27 regiões. Este indicador variou entre 78 para na região de Barretos até 100 na região do município de São Paulo (Capital Leste e Capital Sul).

A análise dos setores produtivos com base no número de vínculos formais por atividade produtiva, confirma que há vocação para o setor agropecuário. Nesse contexto, a atividade de maior destaque comparativo é a agricultura



(+917,3%), responsável por 9,4% do total de vínculos formais na região, mas por apenas 0,9% no conjunto do Estado de São Paulo. Padrão semelhante, embora de menor intensidade, se dá entre as PMEs, onde a agricultura tem peso 256,2% maior nos vínculos empregatícios formais na região (1,4%) do que no estado (0,4%). Também relevante é a fabricação de produtos têxteis, cuja sobrerrepresentação nos vínculos formais de Araraquara e região é ainda mais acentuada entre as PMEs (+837,7%) do que no total da economia (+502,5%). Outras atividades industriais que combinam elevada participação no total de vínculos formais na região e sobrerrepresentação ante o conjunto do estado são (i) a fabricação de produtos alimentares, (ii) a fabricação e refino de açúcar, (iii) a confecção de artefatos do vestuário e acessórios e (iv) a fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos. Vale ressaltar a correlação, por um lado, de atividades tais como a agricultura e a produção de açúcar e de alimentos e, de outro lado, a produção têxtil e a confecção de vestuário. Nota-se, pois, que, com exceção da produção de máquinas e equipamentos, a indústria básica é aquela de maior destaque regional em termos do nível de empregos.

3.4 Atividades econômicas

Na região existe grande participação da agricultura familiar entre os estabelecimentos

agrícolas (59,9%), que em sua maioria aderem ao programa de incentivo à agricultura familiar do governo federal (Pronaf). Entre os 4.632 estabelecimentos agrícolas registrados nos 19 municípios da região de Araraquara, 1.771 (38,2%) aderiram ao Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), número 13,0% superior ao restante do estado (33,8%).

A análise do tipo de produção predominante na região oferece indícios sobre sua vocação agrária e pode ser importante para a elaboração de políticas públicas de incentivo. As atividades que mais se destacam são a produção de lavouras temporárias (34,3%), a produção de lavouras permanentes (24,3%), ambas regionalmente sobrerrepresentadas, e a pecuária e a criação de outros animais (29,7%), que, embora com participação expressiva no total, se encontra sub-representada na comparação região-estado.

3.5 Associativismo e assessoria técnica para estabelecimentos

Com relação ao associativismo, dentre os estabelecimentos agrícolas cerca de 51,2% aderem a algum tipo de associação, em especial a cooperativas (81,4% dos estabelecimentos associados) e a entidades de classe e sindicatos (34,5%). A expressiva aderência dos agricultores a algum tipo de

associação coloca a região de Araraquara na 2ª posição no ranqueamento estadual.

Quanto à assistência técnica, 59,3% dos estabelecimentos agrícolas da região têm acesso a algum tipo de apoio às suas atividades. Destacam-se entre os provedores, a assessoria própria (38,4% do total) e as cooperativas (35,7%). É importante ressaltar, ainda, a baixa participação da assessoria proveniente dos governos federal, estadual e municipal (16,7%) bem como do Sistema S (0,7%), o que pode significar uma desvantagem aos produtores, sobretudo da agricultura familiar com menores possibilidade de acesso a uma assessoria privada.

3.6 Emprego e níveis de ocupação

Sobre a análise do nível de emprego no contexto pandêmico a situação no Estado de São Paulo é a seguinte: (i) aumento da taxa de desocupação, (ii) estabilidade na taxa de participação na força de trabalho (total de pessoas com 14 anos ou mais ocupadas ou desocupadas), (iii) redução no mês de julho de pessoas ocupadas afastadas do trabalho por conta do isolamento social, (iv) redução no mês de julho de pessoas ocupadas em trabalho remoto, (v) aumento do percentual de pessoas não ocupadas e que não estão procurando trabalho por causa da pandemia, (vi) redução da Taxa de Informalidade e (vii) impactos

negativos no nível do rendimento efetivo das pessoas ocupadas.

Na região de Araraquara, os dados para o período de janeiro a julho de 2020 revelam que houve perda de 1.708 vagas formais na região. Considerando apenas os meses mais críticos – de fevereiro a abril – a região apresentou saldo negativo de -6.733 vagas no trimestre. Vale ressaltar que o momento de maior supressão de empregos no ano se deu ainda em fevereiro (-3.079), o que indica que tal perda mensal de empregos possa não ter estreita correlação com a pandemia de COVID-19, já que esta se instalou de modo definitivo no país apenas a partir de março. A partir de maio houve aumento gradual nos saldos mensais de contratações, o que atenuou a perda de empregos observada.

Estruturalmente, tem-se que as MPEs foram mais afetadas (-2,9%), mesmo que em menor proporção do que a média estadual (-10,7%), enquanto o nível de empregos se viu menos impactado nas empresas médias e grandes tanto na região (-1,4%) quanto em âmbito estadual (-2,9%). De qualquer forma, o menor impacto da crise na economia regional pode ser explicado em grande parte pelas vocações econômicas que direcionam a economia regional para a agropecuária e indústria de insumos básicos e a tornam comparativamente menos dependente de comércio e serviços, setores que foram mais afetados pela

diminuição da circulação de pessoas durante a pandemia.

4. Dimensão Institucional

4.1 Gestão fiscal

A região ostenta a 18ª maior receita per capita dentre as regiões de articuladores analisadas, porém, em nível 13,1% abaixo da média estadual (R\$ 3.398,97 ante R\$ 3.910,65) e com grande heterogeneidade entre os 19 municípios. Por sua vez uma característica comum às cidades da região é a dependência de receitas obtidas por meio de transferências, com maior participação no total do que as receitas próprias. A esse respeito, o conjunto das 19 cidades apresenta participação 46,7% menor das receitas próprias do que a média do Estado de São Paulo.

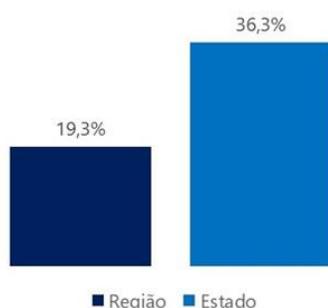


Figura 6: Participação Da Receita Própria

Cabe ressaltar que, ao discutir a composição das transferências na região, observa-se que, para o ano de 2018, o percentual de

transferências estaduais foi semelhante ao percentual de transferências federais. Esse padrão é diferente do restante do Estado de São Paulo, em que as transferências estaduais possuem um maior peso nas transferências recebidas pelos municípios.

Do ponto de vista das despesas a região de Araraquara tem um valor de gastos per capita (R\$ 2.730,59) 17,7% inferior ao restante do estado de São Paulo (R\$ 3.317,68), algo condizente às menores receitas por habitante da região. Em comparação às demais regiões, as despesas per capita se situam em patamar intermediário (18ª posição). Na análise do perfil de gastos, percebe-se maiores gastos em Saúde, Educação, Assistência Social e Agricultura do que o conjunto paulista. A região também possui um maior percentual de gasto com pessoal como proporção da receita corrente líquida (RCL) que a totalidade do estado. Isso exerce impacto direto na classificação dos municípios segundo o respeito aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Vale destacar, que 16 dentre os 19 municípios estão em conformidade à LRF, enquanto 1 se encontra acima do limite prudencial (54% da RCL destinadas a gastos com pessoal) e outros 2 não disponibilizaram informações comparáveis, o que impede a sua classificação.

Os indicadores de capacidade de pagamento (CAPAG) municipais mostram que a região possui proporções de municípios com nota CAPAG nos níveis A (0%) e B (15,8%) inferiores às demais áreas do estado (9,9% e 20,2%, respectivamente). Além disso, as notas de poupança corrente indicam um possível gargalo para uma melhor saúde fiscal dos municípios da região.

4.2 Instrumentos de planejamento setorial

Existe enorme discrepância na sua implementação, pois a regra é que políticas cuja indução federativa ou exigência legal a torne mandatória tende a gerar maior implementação desses instrumentos. Esta é a situação de áreas como Saúde (exigência do SUS), Educação (exigência do Plano Nacional de Educação) e Assistência Social (exigência do SUAS). Por outro lado, políticas cujo planejamento é mais dependente da vontade política no âmbito da autonomia municipal tendem a ser bem menos planejadas, como ocorre em áreas como políticas para mulheres e segurança alimentar. Em nível intermediário encontram-se setores como resíduos sólidos e habitação que ou possuem legislações federais mais recentes (caso do Plano Nacional de Resíduos Sólidos cuja prorrogação para sua implantação nas cidades foi estendida) ou estão sujeitas a menores incentivos federais (caso do

Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social).

4.3 Instrumentos de planejamento territorial: consórcios intermunicipais

O consorciamento pode ser explicado por razões similares: áreas com esquemas mais propensos à colaboração federativa se destacam no associativismo territorial, como é o caso da Saúde. Vale ressaltar que esse padrão é observado em âmbito estadual, porém não é realista para descrever a saúde na região de Araraquara. O mesmo raciocínio por trás dos consórcios em saúde, existiria na área de Manejo de Resíduos Sólidos. Assim sendo, deve-se investigar por que para resíduos sólidos o número de consórcios é mais reduzido, uma vez que o Plano Nacional de Resíduos Sólidos determina que cidades que desejem receber transferências voluntárias da União devem estar consorciadas.

Políticas cujas regras federativas são menos favoráveis a esse tipo de arranjo apresentam números menos promissores, como ocorre com a Educação. Ponto de destaque na região de Araraquara é o elevado percentual, embora reduzido em termos absolutos, de cidades consorciadas na área cultural. Esta é, inclusive, a única das temáticas em que a taxa regional supera a estadual (10,5% ante 7,0%, isto é + 50,9%).



Cerca de 15,8% dos municípios da região participam de ao menos 1 consórcio, de forma que ela é classificada apenas como a 24ª com taxas mais elevadas nesse quesito. Nessas circunstâncias, a região de Araraquara possui, de forma geral, uma menor propensão ao consorciamento do que a média estadual, ao menos para o agregado das áreas de políticas públicas analisadas. Um indicador desse tipo pode servir de referência para a atuação do SEBRAE-SP visando identificar quais estímulos estão por trás do interesse do consorciamento de forma a buscar expandi-lo.

4.4 Instrumentos de gestão de fomento ao empreendedorismo

No caso da Lei Geral, ressaltando-se a defasagem dos dados (atualizados em 2014), há maior adesão na região de Araraquara ante o conjunto do Estado de São Paulo (+9,5%). O mesmo ocorre a respeito da Via Rápida Empresa (+37,6%), do conjunto de Sala do Empreendedor e SEBRAE (+9,5%) bem como da implantação de Políticas de Desenvolvimento (+126,3%). O mapa regional dos instrumentos implementados é importante para que o SEBRAE-SP oriente suas ações de assessoria técnica na região visando a melhorar sua performance, pois as médias estaduais parecem indicar que há espaços para tanto.

Em relação à performance comparada da região em relação às demais 27 do restante do estado, os dados revelam que Araraquara não se encontra entre as mais bem classificadas na implementação dos seguintes instrumentos de gestão local: (i) Lei Geral (15ª), (ii) Sala do Empreendedor (14ª) e (iii) presença do SEBRAE (19ª). Por outro lado, está bem colocada para a implementação do instrumento Via Rápida Empresa (1ª posição). Esses tópicos podem orientar as ações de suporte técnico do SEBRAE-SP. Tais considerações são ainda mais importantes para que os articuladores disponham de uma leitura alinhada com a realidade de suas regiões de atuação.

Nos demais instrumentos de gestão local, a situação da região é a que segue. Pela ótica da desburocratização (-100,0%) e dos agentes de desenvolvimento (-56,5%), a região se encontra atrasada em relação ao conjunto do Estado de São Paulo. Por outro lado, quanto ao uso do poder de compras, a região ocupa melhor posição ante o restante do estado (+142,5%). Já para a Rede Simples, região e estado estão em patamar semelhante de implementação, em que inexistem cidades em estágio avançado de implementação.

4.5 Políticas de apoio ao associativismo e cooperativismo



A pesquisa realizada com gestores públicos municipais sobre o tema de associativismo e cooperativismo mostra um universo diversificado, mas ao mesmo tempo potencialmente rico de possibilidades de atuação para o SEBRAE-SP. A localização da área na estrutura administrativa municipal não é homogênea, pois secretarias ou diretorias são duas formas organizacionais usuais. Há uma predominância de homens brancos na gestão das unidades responsáveis, o que está em linha com outras pesquisas que mostram a baixa presença de mulheres e da população negra em cargos de chefia na gestão pública brasileira e municipal. O perfil etário mais representativo, embora não majoritário, é o de 35 a 45 anos e administração é a principal área de formação acadêmica dos gestores. A maioria dos profissionais que respondem pelas políticas relacionadas ao associativismo e ao cooperativismo não tem experiência empreendedora, possui, porém, empreendedores nas suas famílias.

Constata-se que 70,5% possuem serviço de inspeção municipal, havendo, portanto, oportunidade para que o SEBRAE-SP atue junto aos demais municípios de forma a que também eles atendam ao disposto na legislação nacional. Outra informação importante diz respeito à presença significativa de cooperativas, associações e grupos informais

de trabalhadores, como é usual nos setores de coleta e separação de resíduos sólidos e da pequena produção rural. Assim, mostra-se relevante que o SEBRAE-SP contribua na capacitação das prefeituras para que sigam atuando e ampliando suas iniciativas de atendimento a esses públicos como alternativa de geração de emprego e renda. Ademais, dada a presença expressiva desses grupos, há espaço para que o SEBRAE-SP atue junto às prefeituras no desenho e implementação de ações de formalização e de estruturação das organizações por meio da inserção dos atores como microempreendedores individuais (MEIs) ou trabalhadores autônomos, dentre outras possibilidades.

Em relação às preferências das prefeituras quanto ao perfil dos grupos com os quais desenvolver iniciativa de coleta e separação de resíduos sólidos e apoio a produtores rurais, constata-se que grupos informais sem CNPJ, cooperativas e associações são todas relevantes. Desse modo, a partir do tipo de apoio que o SEBRAE-SP pode ofertar às cidades, a pesquisa mostra que considerar esses três perfis de entidades seria importante.

Por fim, a implementação de feiras é uma alternativa amplamente utilizada nas cidades, ainda que exista a possibilidade de sua expansão uma vez que 25% das prefeituras não organizam feiras municipais. Para tanto,

deveria ser identificado o perfil desse município, sobretudo seu porte populacional e economia local, para a avaliação da viabilidade de incentivos nessa direção. Essa é, portanto, mais uma área de atuação que se abre ao SEBRAE-SP na sua relação de apoio técnico às prefeituras.

4.6 Compras governamentais

Quanto aos resultados da pesquisa primária relativa às compras governamentais, o perfil de respondentes foi composto majoritariamente por diretores e secretários municipais, com perfil etário jovem, e com alta escolaridade. Dentre os gestores, 38,2% autodeclararam-se empreendedores e 67,7% afirmaram ter empreendedores na família, o que mostra como esta característica está correlacionada com a gestão municipal.

Quase a totalidade dos municípios (97,7%) faz uso do site da prefeitura para dar publicidade à gestão das compras, e menos de 30% utilizam portais de pregão (públicos ou não). Cerca de 1/3 afirmou que utiliza controle manual para gestão dos contratos de compras públicas, e 13,6% das cidades afirmaram que não possuem planejamento anual de compras. Esses últimos indicadores mostram que existe espaço para modernização e melhoria das práticas de gestão nas compras municipais.

Em 86,4% das cidades existe algum tipo de planejamento anual de compras e há alta frequência a cursos de atualização e de capacitação no Tribunal de Contas do Estado. Há um grande volume de programas de incentivo à agricultura familiar, enquanto o cadastro de empreendedores ainda é incipiente. Finalmente, temos uma análise sobre a composição da merenda das crianças. A maior parte das cidades tem presença de produtores familiares locais (85,4%). Além disso, a maior parte delas contém frutas (89,2%) e vegetais (89,9%) e uma presença relevante de outros produtos regionais.

Analisando-se os dados secundários detalhados para a região de Araraquara é perceptível o espaço para evolução no processo de compras, em especial devido ao alto índice de compras realizadas por meio de dispensa de licitação (16,9%). É importante salientar que, infelizmente, as informações disponíveis trazem elevada proporção do tipo “outros/não aplicável”, impossibilitando a identificação do mecanismo de implementação das compras para parcela significativa das aquisições (57,6%).

Quando observados os dados de compras de alimentos relacionados à educação, a dispensa de licitação também é prática recorrente (11,6%). Tem-se, porém, alto índice de uso de concorrência (29,0%), bem como do pregão



eletrônico (45,8%), e menor parcela de aquisições do tipo “outros/não aplicável” (11,8%), o que é positivo. Entretanto, não há aderência à Bolsa Eletrônica de Compras (BEC). Por fim, é possível observar espaço para o aumento de convênios com a esfera federal para aquisição de alimentos, uma vez que o índice regional para este tipo de compra é inferior à média estadual.

4.7 Inclusão produtiva

A pesquisa primária de inclusão produtiva mostrou um universo de respondentes diversificado, cujo perfil gerencial é similar às demais áreas investigadas. A característica dominante das ações municipais: capacitação técnica e profissional, geração de trabalho, suporte para que produtos sejam escoados no mercado e acesso ao crédito. Esta realidade indica um roteiro de possibilidades de atuação do SEBRAE-SP sobre como e quais temas podem ser orientadores de suas políticas de assessoria e capacitação dos gestores municipais.

Quanto aos temas dos cursos de capacitação ofertados, estão predominantemente em três frentes: confecção, beleza e padaria e confeitaria, sendo os dois primeiros no setor de serviços. O segundo bloco de atividades se concentra em informática e construção civil. O último grupo de iniciativas engloba gastronomia

e assistência técnica e consertos. Apenas baseado nesses dados descritivos não é possível gerar-se inferências, contudo pode-se sugerir pistas para a atuação do SEBRAE-SP. A primeira diz respeito a saber se os cursos são organizados pelo lado da oferta (habilidades existentes nos governos locais) ou pelo lado da demanda (são temas requeridos pela população). Ademais, excluída construção civil, a ampla maioria das ações são voltadas para o setor de serviços.

Com relação às entidades que ofertam atividades de capacitação, a prefeitura é o órgão amplamente dominante, seguido do Sistema S como parceiro. Em terceiro lugar, o papel menos proeminente do governo estadual por meio da atuação do Centro Paula Souza. Os sindicatos vêm em quarto lugar e, por fim, a ação mais reduzida de ONGs.

Sobre o suporte financeiro para a realização das capacitações, bem como para apoiar a presença de alunos, o maior provedor são as prefeituras e suas secretarias municipais responsáveis por essas políticas públicas. Sindicatos, ONGs, empresas e recursos federais por meio do ACESSUAS são secundários nesse processo. Em termos mais específicos, lanches são despesas mais custeadas do que o transporte para estimular a frequência de alunos nos cursos.



Particularmente sobre o ACESSUAS, a cooperação federativa – por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – não é uma alternativa que esteja inserida na gestão da grande maioria dos municípios paulistas. Resta saber se a causa é um problema dos incentivos do SUAS ou de um programa que não atende as necessidades dos municípios.

O número médio de alunos atendidos mostra que, 44% das cidades, na média, atendem de 11 a 30 pessoas por mês, o que representa parcela muito reduzida do público alvo potencial, quando considerado esse indicador bastante simples. Por outro lado, destaque para 14,8% das cidades que atendem mais de 100 pessoas. Esta é outra área que merece atenção do SEBRAE-SP para que se identifiquem as possibilidades de apoio às prefeituras, visando a ampliar a quantidade de alunos atendidos.

No tocante às ações de inclusão produtiva na região de Araraquara, a maioria dos municípios não dispõe de diagnósticos ou estudos sobre desafios dessa área. Destaca-se que a participação municipal em ações para a geração de trabalho e renda é superior do que em projetos de inclusão produtiva rural. Há ainda um contingente não desprezível de cidades nas quais essas ações não figuram como políticas públicas.

No campo das ações de inclusão produtiva rural, as cidades investem mais na compra de produtos da agricultura familiar para o PNAE e PAA, seguida de ações de apoio a transporte, armazenagem, comercialização e distribuição de alimentos bem como da assistência técnica, o que se relaciona com o manejo da própria atividade agrícola e da gestão do empreendimento.

Nas iniciativas de qualificação profissional e intermediação de mão-de-obra, atividade amplamente desenvolvida (57,9% das cidades), mas chama atenção que 36,8% das cidades não possuem iniciativas nessa área. Na área da inclusão produtiva urbana, fomento a atividades produtivas (artesanato ou empreendimentos individuais ou coletivos urbanos) assumem destaque. O segundo grupo é o de ações de apoio técnico ou de incubação de negócios, embora esse último seja menos relevante por exigir maiores investimento e recursos técnicos. No terceiro grupo estão ações de apoio logístico como doação de equipamentos.

No contexto das ações de crédito e microcrédito, a grande maioria das cidades da região não desenvolve esse tipo de ação (57,9% das cidades). Destaque para o fato de que todas as cidades da região que participam de ações na área dispõem de instrumentos como Banco do Povo. Por outro lado, é muito menos usual a existência de ações de acesso a

crédito do Proger urbano, ainda que em nível superior ao restante do Estado de São Paulo (14,3% ante 9,1%).

Por fim, nas ações de geração de trabalho e renda, sua existência é representativa nas cidades, mas 52,6% não possui iniciativas nesse campo. O foco das ações parece bem equilibrado ao incorporar tanto projetos de comercialização de negócios, cooperativas e empreendimentos solidários quanto de apoio ao associativismo, ao cooperativismo e à economia solidária.

Em resumo, as ações de inclusão produtiva, seja considerando a opinião média dos municípios paulistas, seja baseado em dados secundários da região de Araraquara, mostram que se trata de uma política pública amplamente utilizada, ainda que existam diferenças entre as ações. Por outro lado, não é pequeno o número de cidades que não possuem iniciativas nesse campo, o que indica espaço grande de atuação para o SEBRAE-SP no sentido de qualificar a oferta dessas políticas em nível municipal.

5. Considerações finais

Considerando a análise realizada, vê-se que o leque de oportunidades para a melhora no ambiente econômico, social e institucional na região de Araraquara é bastante expressivo.

Nesse sentido, esse capítulo final elenca as questões mais importantes que podem embasar políticas públicas regionais e a atuação do SEBRAE-SP. Para facilitar a leitura, as questões são apresentadas em forma de tópicos.

1. Inicialmente, há que se ressaltar que todas as análises apresentadas ao longo deste relatório tomam por base uma região de porte modesto em termos do número de municípios que a compõe (19 cidades, ou 3,0% do total) mas menos expressiva quanto à participação de sua população no total paulista (632.718 habitantes, ou 1,4% do total paulista). Distributivamente, a população se encontra fortemente concentrada em seu maior município – Araraquara – onde vivem 37,3% dos moradores da região.
2. Importância de considerar-se a alta participação de pequenos municípios na região (42,1% até 10 mil habitantes), o que possui implicação no tipo de política pública e de assessoria técnica. Nesse caso, o consorciamento e outras modalidades de associativismo podem ser ampliadas e qualificadas de forma a que se possa gerar economias de escala.
3. População com um nível de envelhecimento acima da média estadual (+15,2%). Há

indícios, portanto, de que o processo de transição demográfica, caracterizado pela substituição de níveis altos de fecundidade e mortalidade por níveis mais baixos, possa estar em etapa mais avançada na região, o que afeta a disponibilidade da PEA, influencia a dinâmica econômica e o perfil do gasto público regional em áreas como saúde e assistência social.

4. Em termos da estrutura etária, as razões de dependência calculadas para a região de Araraquara e para o restante do estado são equivalentes. Entretanto, verifica-se sub-representação regional entre as mulheres e homens jovens (com idades inferiores a 25 anos) e sobrerrepresentação entre os grupos mais velhos. Tal característica não é irrelevante porque enquanto os idosos não mais voltarão a ser considerados membros do grupo em idade ativa, os jovens passarão a sê-lo tão logo alcancem os 15 anos de idade e, com isso, sejam considerados, para fins estatísticos, aptos a integrar a força de trabalho.
5. Educação básica majoritariamente pública, mas com espaço para melhor aproveitar os recursos humanos de docentes que possuem menos alunos que a média estadual em todas as etapas dos ensinos fundamental e médio.

6. Um tema que merece destaque é a educação técnica, visando a avaliar sua adequação às vocações econômicas regionais. Vale ressaltar que, atualmente, existe oferta de cursos técnicos federais na região para apenas 7 dos 22 eixos temáticos. Dentre os cursos ausentes na região chamam a atenção os dos eixos agrícola e agroindustrial, dada a importância da agropecuária para a economia regional. Isso indica importante gargalo a ser preenchido com vistas ao desenvolvimento econômico e ao aumento da produtividade regional.
7. Qualidade do ensino é um tema relevante, considerando as notas do IDEB equivalentes à média estadual no ensino fundamental, porém levemente piores no ensino médio. Entretanto, a participação dos municípios com notas do IDEB abaixo da meta local é 77,6% superior na região, o que indica deficiência a ser corrigida. O consorciamento se apresenta como uma saída oportuna, visando a realizar a capacitação de professores e demais trabalhadores da educação, a exemplo do que ocorre com a experiência da Câmara Técnica de Educação do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (CIVAP).

8. O ensino superior na região é significativamente dependente do setor privado e caracterizado por um número acima da média estadual de matriculados em cursos ligados a engenharia, produção e construção (+46,7%) e, especialmente, a agricultura, silvicultura, pesca e veterinária (+400,0%). É importante que se implementem políticas que aproveitem esse capital humano qualificado como indutor do desenvolvimento econômico regional principalmente dada a forte sobreposição entre a vocação regional à agropecuária e a preferência pela capacitação profissional a cursos relacionados à área.
9. Estrutura ambulatorial superior às demais regiões do estado, com destaque para a rede ambulatorial de atenção básica (+17,1%). Entretanto, a região se mostra subequipada na disponibilidade de respiradores, leitos de internação hospitalar e em UTI, o que evidencia gargalo importante no enfrentamento da atual pandemia de COVID-19. Diante do perfil mais envelhecido da população, a saúde pública parece ser uma área com desafios maiores, ainda mais considerando que será a demanda deve crescer no cenário pós-pandemia. O consorciamento se destaca como resposta essencial a ser construída ou aprofundada no enfrentamento dessa questão.
10. Os maiores descompasso região-estado nos indicadores de mortalidade ocorrem para dois grupos de enfermidades. Por um lado, as doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (XIII), a despeito de terem maior incidência de internações na região (+62,4%), respondem por parcela menor das mortes (-41,9%), algo que pode sugerir êxito regional na recuperação do paciente internado por tais complicações. Por outro lado, doenças da pele e do tecido subcutâneo (XII) são superiores na região (+69,7%), o que poderia ser parcialmente explicado pela combinação de alta exposição à radiação solar e população mais envelhecida, e, portanto, com maior dano dermatológico acumulado ao longo da vida bem como menor resistência a enfermidades.
11. Vulnerabilidade social comparativamente menor em termos de população vivendo em extrema pobreza e IDHM equivalente à média estadual. Ainda assim, o PIB per capita é inferior à média estadual.
12. Assistência social se encontra proporcionalmente posicionada de modo adequado no quesito oferta de equipamentos públicos. A partir da análise

da extrema pobreza na região, tem-se que a vulnerabilidade social é mais baixa. Também é mais baixa a penetração tanto do programa Bolsa Família quanto do auxílio emergencial quando os percentuais de beneficiários da região são comparados aos das demais áreas do Estado de São Paulo. Ainda assim, políticas de inclusão produtiva não deixam de ser importantes na região.

13. Há concentração de municípios nos grupos classificados pelo IPRS como equitativos e em transição, apesar da população, em sua maioria, residir em localidades classificadas como dinâmicas. Em contrapartida, ao se comparar com o estado, a população residente em municípios classificados como desiguais ou vulneráveis se mostra extremamente reduzida.
14. Existe disparidade econômica regional, o que indica que programas redistributivos visando equalizar essas diferenças podem ser políticas públicas importantes, bem como avaliar como esse tema transversal pode ser inserido nos consórcios intermunicipais ou mesmo orientar ações coordenadas pelo SEBRAE-SP. Essa pode ser uma rota para fortalecer o desenvolvimento regional.
15. Economia regional com forte presença das atividades de comércio e serviços (54,0%).

Entretanto, apesar de majoritária, tal participação se mostra comparativamente inferior (-19,5%) àquela evidenciada pela média do conjunto do Estado de São Paulo. Por outro lado, estão em situação de superioridade ante a média paulista os setores da indústria (+17,9%), da administração pública (+32,5%) e, especialmente, da agropecuária, cuja participação na composição do valor agregado ao PIB regional supera em mais de 3 vezes a média paulista (+300,4%). A compatibilização das vocações agrária e industrial, evidenciadas pela comparação região-estado, revela possíveis caminhos para orientar os benefícios de planos territoriais de desenvolvimento e potencializar e diversificar esses setores. Essa pode ser uma rota para fortalecer o desenvolvimento regional.

16. No campo do desenvolvimento econômico, ainda que a região seja vocacionada ao setor agropecuário, com sobrerrepresentação regional especial entre as lavouras temporárias e permanentes, também existem atividades economicamente importantes em outras áreas. Destaque importante é a fabricação de produtos têxteis, responsável por parcela expressiva dos vínculos formais de empregos e regionalmente

sobrerrepresentada tanto no agregado da economia quanto entre as PMEs.

17. Participação maior de MEIs do que a média estadual nos setores agropecuário e industrial, mas proporcionalmente menor em serviços e comércio. Ações visando a qualificar a gestão dessas empresas e de capacitação de mão-de-obra podem ser particularmente importantes, sobretudo considerando os números médios de capacitados captados pela pesquisa primária que indicam existir amplo espaço para incremento da oferta de cursos e atividades de educação profissional.
18. Informalidade mais baixa na região comparativamente ao restante do Estado, porém ainda com potencial de redução através da expansão dos MEIs tanto na atuação do SEBRAE-SP como das prefeituras.
19. Região caracterizada por alto associativismo entre produtores rurais (2ª maior taxa do estado). Entretanto, o patamar de 51,2% de associativismo mostra ainda existir caminho aberto para incentivar esse tipo de cooperação entre agentes econômicos seja pelo SEBRAE-SP seja pelos governos locais. De forma mais específica, sobretudo a agricultura familiar mostra o potencial para o apoio técnico a
- esses produtores e para o campo das compras governamentais.
20. Governos local, estadual e federal com menor atuação comparada entre os provedores de assistência técnica agropecuária. Sistema S com atuação em nível ainda mais baixo como provedor mostra um espaço de crescimento dessas atividades junto às empresas. O papel dos Agentes de Desenvolvimento assume relevância nesse contexto como elo entre as cidades e o SEBRAE-SP, ao menos para diagnosticar demandas de apoio técnico.
21. A moderada penetração da assessoria técnica (59,3% dos estabelecimentos agrícolas) é ainda mais desafiadora para a agricultura familiar, a qual apresenta menores possibilidades de acesso à assessoria privada, justamente a principal fonte provedora de apoio técnico às atividades agrícolas observadas na região (38,4% do total financiada com recursos próprios).
22. Pandemia afetou o nível de emprego, sobretudo das MPEs, mas a região se viu menos afetada do que o restante do Estado de São Paulo. Isso é possivelmente explicado pela maior importância regional das atividades agrícola e da indústria de insumos básicos, uma vez que regiões com

maior dependência do setor de comércio e serviços foram as mais afetadas pela situação sanitária. Esta pode ser uma questão importante para orientar as políticas de suporte municipal e do SEBRAE-SP.

23. Gestão fiscal muito dependente de transferências intergovernamentais e com volumes semelhantes de receitas advindas dos governos federal e estadual, ao contrário do restante do Estado de São Paulo, o qual depende mais das receitas estaduais. Percentual de receitas próprias (19,3%) 46,8% abaixo da média do estado (36,3%). Claramente devem ser identificadas as possibilidades de modernizar a gestão fiscal dos municípios (atualização do valor dos imóveis para a cobrança do IPTU ou a informatização dos cadastros para a cobrança desse tributo e do ISS, por exemplo). Esta é uma área com grande potencial de inovação no setor público municipal.

24. Melhorar a gestão das despesas com pessoal é um tema que surge em função de a região gastar mais do que a média estadual (+13,7%), o que exerce pressão direta sobre a conformidade dos municípios aos limites impostos pela lei de responsabilidade fiscal. Modernizar as práticas de gestão de recursos humanos é

uma oportunidade de inovação na gestão pública municipal, bem como pode ser incentivada pelo intercâmbio de experiências regionais em arranjos consorciados.

25. Planejamento de políticas é heterogêneo e onde mais existem são nas áreas em que há indução ou legislação federal. Nas demais áreas que dependem da iniciativa local os números são bem mais modestos. Nesse campo existe um amplo espaço de inovação na gestão pública municipal que pode ser realizado por capacitações e assessorias ofertadas pelo SEBRAE-SP.

26. Na mesma linha segue a importância da inovação na gestão pública municipal, visando a incentivar a melhoria do ambiente de negócio (legislações de desburocratização e fortalecimento das MPEs). A análise realizada mostra que essas políticas públicas possuem um espaço muito significativo para serem expandidas.

27. De forma geral, a inovação na gestão pública municipal surge como um campo profícuo de oportunidades (planejamento municipal, informatização da gestão fiscal e de compras, qualificar a gestão de pessoal, incentivo aos consórcios, dentre outras possibilidades) que podem reforçar uma

atuação mais sistemática do SEBRAE-SP). Estas são áreas com grande potencial de inovação no setor público municipal.

28. O consorciamento intermunicipal obedece a uma lógica similar e igualmente é influenciado pela legislação federal. Entretanto, a única temática em que a taxa regional supera a estadual é a cultural. Assim, reforça-se a importância do SEBRAE-SP na oferta de apoio técnico para a instalação de consórcios e para capacitar as prefeituras para que sigam atuando e ampliem suas iniciativas como alternativa de geração de emprego e renda e de melhoria na oferta de seus serviços.

29. A presença expressiva de associações, cooperativas e grupos informais também indica a existência de espaço para que o SEBRAE-SP atue junto às prefeituras no desenho e implementação de ações de formalização e de estruturação das organizações por meio da inserção dos atores como microempreendedores individuais (MEIs) ou trabalhadores autônomos, dentre outras possibilidades. O papel dos Agentes de Desenvolvimento assume relevância nesse contexto.

30. Na região de Araraquara é perceptível o espaço para evolução no processo de compras, em especial devido ao alto índice

de compras realizadas por meio de dispensa de licitação. A compra de alimentos destinados à educação aponta, no entanto, que apesar de que a dispensa de licitação também seja prática recorrente, os níveis mais elevados são de uso do pregão eletrônico e das concorrências, o que é positivo. Por fim, é possível observar espaço para o aumento de convênios com a esfera federal para aquisição de alimentos, uma vez que o índice regional para este tipo de compra é inferior à média estadual.

31. Políticas de diversidade de gênero, idade e de raça são questões importantes de serem consideradas, pois a pesquisa primária mostra que homens brancos na faixa de 35 a 45 predominam na gestão das políticas de inclusão produtiva, compras governamentais e associativismo e cooperativismo.

32. Ações de inclusão produtiva, seja considerando-se a opinião média dos municípios paulistas, seja baseando-se em dados secundários da região de Araraquara, mostram que se tratam de políticas públicas amplamente utilizadas, mesmo que existam diferenças nos níveis de adoção das ações. Por outro lado, não é pequeno o número de cidades que não dispõem de estudos ou diagnósticos sobre os desafios dessa área nem é desprezível o



contingente daqueles em que tais ações não figuram como políticas públicas. Dessa forma, há ainda espaço grande de atuação para o SEBRAE-SP no sentido de fomentar e qualificar a oferta dessas políticas em nível municipal.